

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 51/XIII/ 4.ª SL

Em 14 de maio de 2019, pelas 10 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 **Informações;**
- 2 **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
- 3 **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 1191/XIII/4.ª (PAN) - Obriga todos os agressores sexuais à frequência de programas de reabilitação; - Relatora - Deputada Sandra Pereira (PSD)**
- 4 **Fixação da redação final de textos aprovados, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente do Texto que "Estabelece uma inibição no acolhimento residencial de crianças e jovens" [Projeto de Lei n.º 959/XIII/3.ª (PCP)];**
- 5 **Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório intitulado «Portugal na União Europeia - 2018» - Relator - Deputado António Gameiro (PS)**
- 7 **Apreciação e votação de requerimentos:**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP solicitando a audição do Inspetor Geral das Atividades Culturais no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 170/XIII/4.ª (GOV) - Estabelece as utilizações permitidas de obras em benefício de pessoas cegas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1564, e descriminaliza a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Ministro da Administração Interna para esclarecimentos acerca das irregularidades identificadas no Relatório da auditoria do Tribunal de Contas sobre o Programa Nacional do Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI); bem como sobre a possibilidade de o SIRESP parar os seus equipamentos de redundância com recurso a satélite por falta de pagamento de uma dívida por parte do Estado e prestar esclarecimentos sobre o último relatório do Observatório Técnico Independente relativo ao incêndio ocorrido em Monchique;**
8. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
 - **Petição n.º 623/XIII/4.ª - Solicitam a adoção de medidas contra a deslocalização dos serviços de registo sítos na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 7 a 11, Lisboa;**
 - **Petição n.º 626/XIII/4.ª - Contra a prática dos crimes de usurpação de funções de advogado nos Tribunais em Portugal;**
9. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
10. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
11. **Outros assuntos.**

Audição da Ministra da Justiça

[ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República]

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, foi adiado o 3.º ponto da ordem do dia, na ausência da Relatora e da falta de envio do parecer agendado.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 51/XIII/ 4.ª SL

No quarto ponto da ordem de trabalho foi fixada a [redação final](#) do [Projeto de Lei n.º 959/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - *Estabelece impedimentos na decisão sobre processos de institucionalização de crianças e jovens em risco*, por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV, nos termos do disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, não tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da informação n.º 63/2019/DAPLEN, mas tendo sido deliberado por unanimidade, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, o seguinte:

- introduzir um novo artigo 1.º (renumerando os anteriores 1.º e 2.º como 2.º e 3.º) com o seguinte teor: “*Artigo 1.º - Objeto – A presente lei estabelece inibições no acolhimento de crianças e jovens.*”
- retirar a expressão “residencial” do n.º 1 do artigo 1.º (que passa a 2.º).

No ponto seguinte, o Senhor Deputado António Gameiro (PS) apresentou o seu parecer sobre parecer sobre o Relatório intitulado «Portugal na União Europeia - 2018», que foi aprovado com votos a favor do PSD, PS e BE e a abstenção do PCP, na ausência do CDS-PP e do PEV.

No sexto ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PCP para audição do Inspetor Geral das Atividades Culturais no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 170/XIII/4.ª (GOV) - *Estabelece as utilizações permitidas de obras em benefício de pessoas cegas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1564, e descriminaliza a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente*, tendo recordado que com a iniciativa aquele ato deixa de ser crime, passando a contraordenação e, nessa medida, à IGAC passará a acrescer uma nova competência, para o exercício da qual cumprirá saber de que meios dispõe. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV.

Foi também apresentado e aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV, o [requerimento](#) apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) para



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 51/XIII/ 4.^a SL

audição do Ministro da Administração Interna para esclarecimentos acerca das irregularidades identificadas no Relatório da auditoria do Tribunal de Contas sobre o Programa Nacional do Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI); bem como sobre a possibilidade de o SIRESP parar os seus equipamentos de redundância com recurso a satélite por falta de pagamento de uma dívida por parte do Estado e prestar esclarecimentos sobre o último relatório do Observatório Técnico Independente relativo ao incêndio ocorrido em Monchique. O proponente admitiu que os assuntos objeto do requerimento fossem abordados em ponto autónomo da audição regimental do Senhor Ministro a ocorrer no dia 28 de maio.

No ponto seguinte, foi admitida a [Petição n.º 623/XIII/4.^a](#) - *Solicitam a adoção de medidas contra a deslocalização dos serviços de registo sítos na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 7 a 11, Lisboa*, com votos a favor do PS, BE e PCP, contra do PSD e a abstenção do CDS-PP, na ausência do PEV. Foi nomeado seu Relator o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE). Foi também admitida, por unanimidade, na ausência do PEV, a [Petição n.º 626/XIII/4.^a](#) - *Contra a prática dos crimes de usurpação de funções de advogado nos Tribunais em Portugal*.

Em seguida, pelas 11h15, teve início a audição, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, da Senhora Ministra da Justiça (Francisca Van Dunem), que se fez acompanhar da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça (Helena Mesquita Ribeiro) e da Senhora Secretária de Estado da Justiça (Anabela Pedroso).

Após a intervenção inicial da Senhora Ministra, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e António Filipe (PCP), tendo a Senhora Ministra respondido individualmente às questões colocadas. Intervieram ainda, para pedidos de esclarecimento, as Senhoras e Senhores Deputados Emília Cerqueira (PSD), Lara Martinho (PSD), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Jorge Machado (PCP), Sara Madruga da Costa (PSD), Elza Pais (PS), Berta Cabral (PSD), António Ventura (PSD), a quem a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado da Justiça deram resposta final.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 51/XIII/ 4.ª SL

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 14 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de maio de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 51/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Catarina Marcelino
Elza Pais
Emília Cerqueira
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva
António Ventura
Berta Cabral
Jorge Lacão
Jorge Machado
Maria Manuela Tender

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Sandra Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Anastácio
Pedro Delgado Alves